

# AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE: UM DEBATE SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

Natália Silva Colen<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão no campo das Políticas de Ações Afirmativas refletindo de que modo estas tencionam o processo de democratização da Universidade. As políticas e iniciativas para pensar a permanência dos estudantes pobres e negros no Ensino Superior ainda são incipientes e recebem poucos estudos empíricos. Desse modo, o atual estudo pretende realizar discussão sobre a democratização da Universidade, com foco na questão da permanência de jovens pobres e negros. Mayorga e Souza (2009) apontam que os debates sobre as ações afirmativas em sua maioria têm privilegiado as discussões acerca da democratização do acesso, sendo necessários também estudos que promovam discussões acerca dos percalços encontrados na democratização da permanência de estudantes negros na Universidade. De acordo com o IPEA (2016), os dados do Censo Demográfico de 2010, apontam que cerca de 1,1 milhão de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos haviam frequentado algum curso de graduação, mas, desses, 42% teriam evadido sem concluir o estudo (IPEA, 2016). Este dado revela que não existem limitações apenas no acesso desses jovens ao ensino superior, mas, também às condições de permanência. Nesse sentido, estudos como este, pode suscitar debates que questionem em que medida as discriminações e preconceitos engendrados ou não, pelas Universidades públicas impactam na efetivação de políticas de permanência e conseqüentemente nas trajetórias acadêmicas de jovens negros. A partir desse aspecto, pensar a permanência de estudantes jovens e negros na universidade, sobretudo na perspectiva da permanência simbólica, coloca em cena a discussão sobre o racismo presente nas relações sociais, bem como sobre o racismo das instituições, vivenciado por esses jovens no espaço da Universidade. Importante destacar, que, trata-se de uma pesquisa em andamento, desse modo, traremos algumas reflexões iniciais do estudo.

**Palavras chaves:** Ações Afirmativas. Democratização. Universidade. Política de Permanência.

## Introdução

A história da Universidade brasileira apresenta-se extremamente complexa. Mayorga, Costa e Cardoso (2010) apontam que a universidade é, sobretudo uma ideia histórica, na medida em que se coloca como a instância máxima do sistema educacional formal de um país. Neste sentido, assinalam que ao lançar olhar sobre a universidade brasileira torna-se fundamental revisitar as diversas circunstâncias históricas que a permeiam, pois, esta, se estrutura sob um projeto político de sociedade.

O Brasil foi o último país da América Latina, em meados do século 20, a implementar o Ensino Superior universitário. Neste período a formação dos brasileiros se dava

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Conhecimento e Inclusão social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG.

principalmente na Europa. Em relação ao público que acessava a educação no Brasil, as autoras destacam que se tratava de homens, brancos, filhos de senhores de engenho, de criadores de gado e de funcionários públicos. Nesse sentido, a Universidade desde sua concepção representa o lugar da elite branca brasileira.

O movimento negro, como ator que provocou o fomento das políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior, foi um protagonista de extrema importância para o movimento de democratização da Universidade Pública. Jesus (2011) elucida que o Civil Right Movement, aparece como um dos principais movimentos que inspiraram as Ações Afirmativas no Brasil, entendendo-as não somente como estratégia de combate às desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, da população negra, mas, também as apontavam como a possibilidade de repensar o lugar das políticas públicas a partir de uma lógica multiculturalista, levando-se em conta o reconhecimento das diferenças nas diversas esferas sociais.

No início do século XX as Ações Afirmativas foram colocadas em prática no Estados Unidos. Tais políticas foram implementadas no sistema educacional e no mercado de trabalho (JESUS, 2011). No Brasil, tais políticas aparecem como alternativas importantes para lidar com questões como o racismo e a desigualdade racial, fatores determinantes que engendram as relações sociais. Além disso, o debate sobre ações afirmativas tem colaborado para o reconhecimento de que há no Brasil um grande problema racial.

### **Democratizando para além do acesso: a questão da Permanência dos estudantes negros no Ensino Superior**

As políticas de Ações Afirmativas existentes apontam para o fato de que a trajetória acadêmica dos estudantes negros na Universidade, sem uma política de permanência adequada, não é uma tarefa fácil. Nessa direção, a autora, acrescenta que não se trata apenas de abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra, é preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica. (GOMES, 2005).

Corroborando tal argumentação Santos (2004) elucida que em países com ampla diversidade cultural em que o racismo existe e é um fato, mesmo que seja muitas vezes negada, a discriminação racial deve ser combatida por meio de programas de ações



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

afirmativas, como cotas e outras medidas, que objetivem não só o acesso, mas também o acompanhamento dos estudantes público desses programas. Como elucida Gomes (2009) as cotas raciais já são uma realidade no Brasil, nesse sentido, é preciso que as instituições federais que adotaram tal política assumam o desafio de avaliar a política de acesso e de investirem na permanência dos jovens negros no Ensino Superior.

Mayorga e Souza (2012) acrescentam que, de modo geral, as Universidades públicas brasileiras adotam programas de assistência estudantil que auxiliam os estudantes a lidarem com os obstáculos de ordem financeira e material, como incentivos de apoio à moradia, alimentação, transporte, bolsas estudantis, etc. Desse modo, interessa-nos pensar nesse estudo a dimensão simbólica da permanência dos estudantes, para além das cotas e do acesso, levando-se em conta os atravessamentos do racismo.

A partir da realidade das cotas nas Universidades públicas, nos anos de 2000, surgem algumas experiências de programas e projetos de ações afirmativas voltadas para a permanência bem-sucedida dos jovens negros na graduação. Contudo, muitas dessas iniciativas aconteciam por tempo limitado e por investimento de fundações internacionais, não se caracterizando como intervenções públicas para a superação das desigualdades raciais (GOMES, 2009). A partir dessa afirmação, o que autora aponta, é que tais ações têm caráter pontual e apresentam limites de alcance, restringindo-se muitas vezes, à concessão de bolsas acadêmicas aos jovens negros. Nesse sentido, sem deixar de reconhecer a importância das bolsas acadêmicas, para a garantia de condições mínimas como: alimentação, transporte, dentre outros, a autora contrapõe, afirmando que é necessário que essas ações se articulem a outras mais potentes. A partir das elucidações destacadas pela autora entendemos que pensar a permanência de jovens negros na Universidade, requer uma série de elementos que atravessem as diferentes questões trazidas pelo ambiente acadêmico. Nesse sentido, neste estudo pensamos no conceito de permanência a partir da teorização de duas autoras: Gomes (2009) e Santos (2009) por compreendermos que estes se articulam e se complementam para pensarmos em política de permanência efetiva e potente.

Assim, Gomes (2009) escreve que a permanência bem-sucedida de jovens negros na Universidade implica, para além das bolsas, o aprendizado e domínio dos diversos códigos acadêmicos como o desenvolvimento de língua estrangeira, a inserção em projetos de



pesquisa, ensino e extensão que possibilitem o transito dos estudantes para congressos e feiras, além da inclusão de debates sobre a questão racial nos currículos da graduação e a preparação destes estudantes para a entrada na pós-graduação.

Nessa mesma perspectiva, para Santos (2009), o conceito de permanência apresenta uma dupla dimensão (material e simbólica), que impacta diretamente na continuidade dos jovens negros e pobres no campo acadêmico. Assim, escreve que além dos recursos financeiros (permanência material) para alimentação, moradia e transporte, também é necessário apoio pedagógico e valorização da autoestima, e as possibilidades dos estudantes de se identificarem com um grupo, serem reconhecidos e se sentirem pertencentes a ele (permanência simbólica).

A partir da discussão iniciada percebe-se a grande necessidade de investimento na permanência de estudantes negros no Ensino Superior, para além disso, nota-se, conforme elucida Santos (2004) que as tarefas para democratização são urgentes e envolvem disputas, já que possibilitam o questionamento da Universidade como um todo, bem como os conhecimentos que esta produz e ensina. O autor aponta que a Universidade em nome da ciência, além de participar da exclusão social das raças ainda teorizou a sua inferioridade e conseqüentemente os seus saberes. Por esta razão, tem o dever emergencial de pensar sua Democratização.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

GOMES, Nilma Lino. MARTINS. Aracy Alves (Orgs). Afirmando direitos: Acesso e permanência de jovens negros na Universidade. Minas Gerais: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_, A Universidade Pública como direito dos(as) jovens negros(as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2009.

IPEA. Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2016.

JESUS, Rodrigo Ednilson. Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil? UFMG FAE. 2011.

MAYORGA, C; COSTA, F.C.S; CARDOSO, T.L. Universidade Pública no Brasil: entre privilégios e direitos. In MAYORGA, C. Universidade cindida – Universidade em conexão: ensaios sobre a democratização da universidade. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2010, p.19-45.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

MAYORGA, C.; SOUZA, L. (2010). Ação Afirmativa na Universidade: Quando ruídos se tornam vozes. In: MAYORGA, C. (org.). Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio Sobre a Democratização da Universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SANTOS, Boa Ventura Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no Ensino Superior como política de ação afirmativa. UFBA. 2009.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>